

AS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES COMO UMA EXTENSÃO EDUCACIONAL

THE POPULATION COOPERATIVE INCUBATORS AS AN EDUCATIONAL EXTENSION

Emerson Dias de Oliveira - UEL¹

RESUMO

Refletir os empreendimentos da iniciativa popular é pensar uma ação de busca pela emancipação social nas comunidades, uma realidade que muitas vezes acaba ficando distante da sua efetiva realização em decorrência da falta de apoio e fomento técnico. Assim, aparece a importância fundamental que as Incubadoras de Cooperativas Populares - ITCP's apresentam como agentes de alinhamento organizacional dessas autonomias empreendedoras que emergem nas comunidades. Neste estudo está colocado o mutualismo pedagógico que a incubação das organizações empreendedoras no meio popular apresenta quando em interação com as ITCP's, sendo que esta realidade possibilita a convivência harmoniosa do conhecimento científico e empírico, em que os ambos responsáveis destas ciências saem beneficiados. Assim, os caminhos procedimentais desta pesquisa pautaram-se numa desenvoltura bibliográfica, sendo que o enfoque está atrelado na compreensão das complexidades que são envolvidas no processo de interferência das ITCP's nas comunidades, visto que a pluralidade de sujeitos e agentes é significativa, exigindo uma criteriosa abordagem teórica destes cenários.

Palavras-chave: Iniciativa Popular; ITCP; Comunidades; Pedagógico.

ABSTRACT

Reflecting the initiatives of the popular initiative is to think of a search for social emancipation in the communities, a reality that often ends up being far from effective because of lack of support and technical support. Thus, it appears the fundamental importance that the Incubators of Popular Cooperatives - ITCP's present as agents of organizational alignment of these entrepreneurial autonomies that emerge in the communities. In this study is placed the pedagogical mutualism that the incubation of the entrepreneurial organizations in the popular environment presents when in interaction with the ITCPs, being that this reality makes possible the harmonious coexistence of scientific and empirical knowledge, in which the two leaders of these sciences benefit. Thus, the procedural paths of this research were based on a bibliographical resourcefulness, being that the focus is linked to the understanding of the complexities that are involved in the process of ITCP's interference in the communities, since the plurality of subjects and agents is significant, requiring a careful Theoretical approach of these scenarios.

Keywords: Popular Initiative; ITCP; Communities; Pedagogical.

DOI: 10.21920/recei7201739449462

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7201739449462>

¹Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM; Graduado em Gestão de Cooperativas pela FAFIJAN (2009) e Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG (2013). E-mail: cooperativismopopular@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Considerando o atual estágio que a sociedade contemporânea está estruturada, a emancipação e dignidade social aparecem no ideário dos sujeitos sob a forma de uma materialidade distante e até impossível de ser alcançada. A pressão midiática e o estigma convencional em vigor comprimem os direitos e garantias fundamentais das comunidades com tamanha dimensão, que a “banalização” desses preceitos humanitários é tida como “normal”, “aceitável” e até “justificada” por trás de argumentos como crise, políticas de mercado entre outros apontamentos do sistema financeiro.

A garantia de acesso ao emprego como direito social genericamente estipulado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 perpassa por um estágio em que seu próprio questionamento existencial está posto em xeque. Isso se deve o fato de estar em cena um Estado que se torna cada vez mais mínimo perante o imponente mercado capitalista, sendo que os deveres constitucionais assumidos pelo primeiro são “vulgarizados” em proveito duma maior liberdade e legitimação da exploração privada do meio social.

O reflexo desse desequilíbrio socioeconômico reflete na precarização do trabalho e demais direitos sociais, concentração da renda em poucos sujeitos e a pulverização maciça da pobreza nas comunidades. Corroborando deste cenário, o professor Milton Santos estudando os ambientes urbanos na passagem da década de 1960/70 dissociou esse contexto analiticamente em dois circuitos econômicos: o circuito inferior e o circuito superior.

Para Santos (1979, p. 17-18) “o circuito inferior compreende as atividades de fabricação tradicionais, como artesanato, assim com os transportes tradicionais e a prestação de serviços” e o circuito superior (p. 31 e 67) é composta pelas atividades comerciais, industriais e pelos serviços modernos, pelos bancos, pelo comércio atacadista e pelas atividades atreladas ao transporte.

Essa dualidade observada no mesmo espaço remete a uma nova forma de se pensar e agir no território, uma vez que o papel do Estado é submetido aos interesses perversos do capital, resta aos explorados que vivem a margem da dignidade social se auto organizarem para que através da sua cooperação consigam fazer frente aos tentáculos das ideologias e materialidades do capital.

Entretanto, apesar desse circuito inferior teorizado por Santos (1979) serem ambientados em realidades cheias de símbolos, valores e solidariedade, falta-lhes uma técnica e aparato jurídico para sua efetiva ação empreendedora por parte dos seus atores. Neste sentido, no fervilhar da década de 1990 surge em paralelo a todo o movimento de economia solidária no Brasil, as Incubadoras de Cooperativas Populares (ITCP's) como uma iniciativa de vital importância para a consolidação das pesquisas e demais ações efetivas nesse setor em âmbito nacional.

Assim, a organização das iniciativas dos empreendimentos de cunho popular e solidário foi instruída academicamente com as ITCP's, uma situação que muda drasticamente a forma de fazer e se ver perante o mundo desses empreendimentos. Desta forma, o presente estudo se vale da pesquisa bibliográfica visando situar a importância e necessidade das ITCP's como agente de melhora socioeconômica das comunidades. O meio bibliográfico estruturam teoricamente os pesquisadores acerca da temática em estudo, que segundo Antônio Gil, (1996, p.48) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Esta pesquisa classifica-se com um viés exploratório e descritivo, uma ação que vai ao encontro dos ensinamentos de Gil (1996). O autor coloca que com este tipo de indagação

científica, objetiva-se “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 1996, p. 45).

Nestes termos, sabedor da quase sempre insuficiente instrução escolar que os sujeitos originários dos circuitos inferiores da economia possuem, a questão da “educação” surge com uma importância singular nesse processo de instalação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). O problema passa a ser ainda mais complexo em decorrência de muitas vezes se fazer necessário uma intensificação no aprimoramento da educação básica e também a construção de aprendizagens administrativas atinentes ao controle e funcionamentos dos EES.

Desta forma, é válido frisar o valor que as ITCP's apresentam para encaminhar de forma racional e adequada a abundância de “boa vontade”, mão-de-obra e esforços existentes nesses espaços marginalizados socioeconomicamente. Tudo se deve a superficialidade que o tema é tratado, visto que a cooperação não é apenas no trabalho, ela exige muito mais que isso, demanda uma harmonia de ideias e finalidades, pois caso uma dessas duas últimas divergirem-se no grupo, os esforços físico e/ou materiais impressos no EES acabam tornando-se em vão.

A AÇÃO DAS INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES NO BRASIL

Situar o papel das ITCP's no Brasil é remeter a um processo histórico onde se entrelaçam realidades políticas, econômicas, financeiras e todo o vivido dos sujeitos explorados pelo capital. Envolve ainda as diversas escalas de análises, do local ao global indo e vindo constantemente, ou seja, é uma situação que necessita de situar as histórias e estórias dos sujeitos para uma compreensão “significativa” do real, nunca integral.

A ação das ITCP's pode ser mais bem esclarecida que ela for vista analogicamente como um importante “afluente” que torna ainda mais volumoso o já imponente rio chamado Economia Solidária no país. Assim, sem o intuito de adentrar-se na questão conceitual da economia solidária, este estudo pautou-se em decifrar os caminhos trilhados pelas ITCP's e o seu envolvimento pedagógico nos EES brasileiros.

Para Gurgel (1986), essa ação extensiva das universidades brasileiras para além do científico não é uma inovação atrelada apenas ao cenário nacional, ela já se fazia presente nas academias europeias e americanas na passagem do século XIX/XX. Na América Latina, os pioneiros nesse tipo ousado da ciência acadêmica originam-se com a Reforma de Córdoba² em 1918. Esse movimento caracteriza-se com a ruptura funcional e estrutural da academia visando uma ação acadêmica para as questões sociais assim como para o regime de dominação colonial em que os latinos viviam.

Para Souza (2005), as experiências brasileiras dessa efetiva aproximação da universidade com a comunidade percorre um longo caminho inicializado ainda em 1912 através da instalação da Universidade Livre de São Paulo, a qual recebeu influências do médico Eduardo Augusto

²A chamada Reforma de Córdoba (Manifesto de 21 de junho de 1918) foi uma iniciativa que discutiu um pensamento e construção universitária a partir da América Latina. É considerado um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na elaboração de um padrão institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação autêntica no ensino superior. Os estudantes argentinos mostraram o problema da autonomia da universidade e das questões ligadas aos problemas socioeconômicos da nação, inspirando estudantes e educadores do continente todo, inclusive do Brasil. Assim, através dessa aproximação com os problemas da realidade social e o contato direto com as populações resultou numa educação de qualidade, pois eles desejavam outra ação para a universidade, voltando-se para o científico, para o novo. A ciência tinha que ser dos lugares latinos e não que só importava o conhecimento. Enfim, a proposta era uma instrução laica, a universidade dando liberdade de criação e incentivando ao debate, a ciência desvinculada da Igreja, democrática e gratuita (ANDRADE; LINARES, 2007).

Guimarães. Entretanto, a extensão universitária no país começa a ocorrer de forma intensa após a década de 1930, período em que germina as relações de troca entre os saberes populares e a academia, sobrevivendo então à transformação da sociedade e a relação desta com o ensino e a pesquisa.

Assim, as atividades realizadas pelas ITCP's nos EES materializadas como uma extensão acadêmica, a qual integra o binômio ensino/pesquisa é revestido de um processo sócio-histórico de luta e debate do meio acadêmico, o qual possibilitou a atual conjuntura burocrático-operacional das universidades. Silva (1996) completa esse raciocínio citando que por intermédio da extensão a universidade vai até a comunidade, ou a recebe em seu “campus”, disseminando o conhecimento de que é detentora, ou seja, é uma maneira da academia socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários.

Considerando que a própria universidade latino-americana submeteu-se a um processo de emancipação existencial e ideológico até apresentar os caracteres científicos atuais, um dos objetos de estudo das ITCP's, a economia solidária também está atrelada a uma construção identitária e simbólica na comunidade (a ser exposto posteriormente). Enfim, no decorrer da presente pesquisa será mostrado o encontro entre dois cenários distintos (ITCP's e Economia Solidária) oriundas em movimentos de luta e resistência prático-ideológicas bastantes parecidas quanto as suas respectivas finalidades, sendo que o sentido de suas existências garante entre ambos uma interação com bastante tranquilidade e compreensão.

Esse relacionamento entre a academia e a comunidade que está no seu entorno é uma questão obrigatória estipulada na própria Constituição Brasileira. No seu artigo 207 está colocado eu “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e da gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, o que interage a comunidade com a universidade é a extensão acadêmica, sendo que esta atua na realidade como um;

Processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2001).

Desta forma, fica compreensível a interligação presente entre o ensino, à pesquisa e a extensão. Silva (2008) decorre do assunto ao citar que a pesquisa constrói novas teorias que estarão disponíveis por intermédio do ensino. Ao mesmo tempo, a extensão anuncia o conteúdo aprendido à comunidade, oferecendo-lhe os serviços e a assistência e por fim, utiliza esse contato com a sociedade para coletar dados e informações para, assim, realizar estudos e pesquisas. Desta

feita, ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional é possibilitado à academia renovar diuturnamente sua própria estrutura, currículos e suas ações, criativamente, conduzindo-os para compreender adequadamente a realidade analisada.

Esse peculiar trabalho de extensão universitária é realizado no âmbito da economia solidária através das ITCP's na atualidade. Os episódios que levaram a esse panorama são os fatores socioeconômicos vigentes no país em todo o século XX, os quais se intensificaram significativamente após a ditadura militar, culminando no aumento vertiginoso do desemprego e a precarização do mesmo, consequência da política neoliberal implantada em toda a América-latina. Assim, abre-se espaços para se (re)pensar a organização social das camadas sociais exploradas nesse sentido.

O reflexo deste cenário se dá na ação das ITCP's principalmente no seu envolvimento local. Botelho et. al (2015) discutindo sob o surgimento deste tipo de iniciativa coloca que as ITCP's aparecem;

[...] a partir do apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a adesão de agências como a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Organização dos Estados Americanos - OEA, no plano supranacional. Esta organização se baseia em quatro pilares para alcançar seus objetivos: democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento. O projeto das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) teve inspiração no movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, onde professores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sensibilizados com o contexto social da favela vizinha, identificaram que o principal fator desta situação era o desemprego desta população (BOTELHO et. al., 2015, p. 05).

Enfim, as ITCP's se posicionaram com uma postura do desafio empreendedor no interior de um contexto de insuficiência financeira. Assim, já em posse das experiências acumuladas em iniciativas focadas na incubação de empresas e outras realizações do gênero no país, como o caso da Incubadora de Empresas da COPPE UFRJ³, as ITCP's se deparam com um cenário bastante adverso e desafiador, ou seja, uma realidade que exigia uma compreensão integrada do espaço visando implementar métodos que interligasse os caminhos possíveis no interior dessa provocação prático-teórica. Esse modelo caracterizou-se através da "concepção de "transferência de tecnologia", inspirada nas incubadoras de empresas de base tecnológica (de modelo norte-americano), mas estava orientada para empreendimentos populares cooperativos" (VECHIA et. al., 2011, p. 121).

No contexto presente, as ITCP's como iniciativa universitária de divulgação e promoção social dos EES se fazem atuantes em todo território nacional, sendo que a primeira experiência com esse enfoque acontece no Rio de Janeiro em 1996. A ITCP⁴ pioneira aparece na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob a liderança do professor Gonçalo Guimarães, que pesquisava num dos centros de pesquisa da Coordenação dos Programas de Pós-

³Num contexto de agravamento das questões sociais no Brasil, no decorrer da década de 1990, a experiência bem sucedida de criação, em 1994, da Incubadora de Empresas da COPPE UFRJ foi de fundamental importância para concepção do projeto ITCP, um centro de tecnologia que estenderia os limites de atuação da universidade no campo da assessoria ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos a grupos formados por trabalhadores social e economicamente excluídos (GHIBAUDI & RAMOS, 2008, p.2).

⁴Nasceu diretamente de uma demanda da Fundação Oswaldo Cruz, que estava às voltas com problemas relacionados à delinquência nos morros que rodeavam seu campus, com repercussões sobre o cotidiano da vida universitária. (SANTOS & CRUZ, 2008, p. 05).

Graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ, um dos centros de pesquisas tecnológicas mais bem-conceituadas do Brasil.

Pagotto (2010) coloca que o programa de extensão universitária denominada Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP/COPPE/UFRJ), nasceu de uma proposta apresentada durante reunião da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, realizada a 5 de janeiro de 1995, no Fórum de Ciência e Cultura UFRJ. Entretanto, essa realização já era resultante das iniciativas do COEP - Comitê de Entidades Públicas de Combate à Fome e pela Vida, criado em 1993, pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) com a articulação de diversas instituições como: a Fundação Oswaldo Cruz, a própria COPPE/UFRJ, a Fundação Banco do Brasil e a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Durante todo o período de estruturação do projeto ITCP/COPPE/UFRJ algumas universidades e alguns governos buscaram a incubadora e as fontes de fomento na possibilidade de montar projetos similares, tendo em vista a sua repercussão. Essa pressão foi positiva e começou-se a amadurecer a ideia da montagem de incubadoras em outras universidades. Desde o seu início a incubadora sempre foi vista como projeto piloto a ser montado em outros locais. O compromisso é repassar essa tecnologia a outras instituições. (GUIMARÃES, 2000, p. 114).

As experiências oriundas da ITCP/UFRJ serviram de modelo para outras universidades replicarem essa tecnologia em seus espaços. Assim, em 1998 já havia uma realização dessas iniciativas em outras universidades, criando-se uma REDE de ITCP's, então, com seis incubadoras. No ano seguinte, A REDE de ITCP's passa a constituir um projeto universitário mais amplo, ela passou a fazer parte da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNTRABALHO⁵), dando origem ao Programa Nacional de Incubação de Cooperativas Populares - REDE de ITCP's (Vechia et. al., 2011).

O sucesso dessas extensões acadêmicas ganha um novo reforço com a institucionalização em 1998 do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - PRONINC -, uma política específica no financiamento das ações empreendidas pelas primeiras incubadoras que formaram a REDE de ITCP's. Seus recursos eram oriundos da Fundação Banco do Brasil e da já acenada FINEP.

⁵A UNTRABALHO surgiu por iniciativa de um grupo de reitores engajados em fazer com que a universidade brasileira passasse a contemplar em seus programas de pesquisa e extensão, de forma relevante e sistemática, as questões relativas ao mundo do trabalho. As discussões começaram em 1992, envolvendo reitores, professores universitários e dirigentes sindicais. No final de 1993, uma delegação composta por reitores, sindicalistas e pesquisadores foi à Alemanha conhecer experiências de cooperação entre universidades e organizações de trabalhadores. Em abril de 1994, foi constituída uma coordenação executiva provisória, composta por cinco professores. Ela desenvolveu a proposta de criar uma rede de estudos e pesquisas sobre o trabalho, para ser debatida no meio acadêmico e sindicalista. Ao final de três anos de discussões, em 27 de março de 1995, foi realizada a primeira reunião do Conselho Diretor da UNTRABALHO, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na primeira reunião do Conselho Deliberativo, realizada em Florianópolis em 1996, definiu-se que a Rede seria constituída juridicamente sob a forma de fundação de direito privado, sem fins lucrativos. Os reitores decidiram que todas as Instituições de Ensino Superior que se associassem até 31 de dezembro daquele ano seriam consideradas fundadoras da UNTRABALHO. Ao final de 1996, a entidade contava com 61 instituições associadas (UNTRABALHO, 2016).

Entretanto, em decorrência da pluralidade de realidades singulares que envolvia cada localidade universitária e a própria divergência ideológica da academia culminou em caminhos diferenciados no interior da REDE, dando origem a duas redes;

A UNTRABALHO constituiu um pequeno grupo cuja proposta era expandir-se através de seus núcleos locais e a única incubadora entre as fundadoras, que ficou por ali, foi a Universidade Federal do Ceará. Quase todas as demais incubadoras, porém, ficaram na REDE de ITCP's, especialmente as mais antigas (VECHIA et. al., 2011, p. 124).

A mudança desse cenário “desconfortável” da extensão acadêmica em EES muda drasticamente em 2002 com a eleição de Lula, visto que todo um clima de otimismo toma conta no setor. Logo no ano seguinte é criada a SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária, cabendo o renomado sociólogo e militante Paul Israel Singer responder pelas políticas públicas deste eixo no país, momento em que diversas conquistas e avanços foram dirigidos a incubação de EES em todo território nacional.

O professor Singer resumiu de maneira bastante clara o papel exercido pelas incubadoras universitárias dos EES;

As incubadoras universitárias decidem integrar uma rede para a troca de experiências e ajuda mútua, tendo em vista estabelecer em cada universidade não só um centro de extensão (em que se enquadra a incubação) mas também de ensino e pesquisa. O ensino é necessário para formar quadros para as próprias cooperativas e para entidades de apoio à economia solidária que continuam se multiplicando (...). A pesquisa é indispensável para conhecer a realidade da economia solidária no Brasil e também no exterior, de modo a sistematizar a análise e avaliação das experiências para gerar proposições teóricas que sirvam para tornar a economia solidária mais autêntica e mais efetiva (SINGER, 2002, p. 123).

Os breves apontamentos percorridos neste estudo evidenciam que a própria existência das incubadoras origina, acontece e se constitui num diuturno processo de aprendizagem, uma realidade em que deixa a mostra o papel pedagógico que as atividades de incubação direcionam a própria universidade. A troca de experiências com a comunidade envolvida na extensão reflete no cotidiano universitário, pois uma das condicionantes desta relação é considerar os saberes e práticas locais como elemento importante para compreensão e estreitamento dos valores comunitários, abrindo espaço para uma melhor aceitação da incubação universitária.

Enfim, a realização das incubações acontece como uma via em dois sentidos, pois ambos os envolvidos – academia e comunidade – saem beneficiados com essa ação. Como já citado anteriormente, a complexidade que está atrelada às incubações acadêmicas de EES é intensa e com intersecções em diversas dimensões analíticas, fazendo-se necessário uma criteriosa observação em suas realidades. O enfoque do contexto socioeconômico de onde se dá o processo de incubação está posicionado no item seguinte, referenciando esse cenário na vivência e vivência das comunidades à margem da “dignidade” humana.

A COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL

A discussão da presente temática remete a um jargão repetidamente falado e célebre no meio social – a união faz a força –, sendo que apesar deste soar muito formoso e interessante, a sua realização é bastante embaraçosa de ocorrer plenamente. Neste sentido, as questões socioeducativas emergem com um papel fundamental para limpar as fissuras que impedem uma harmonia prática e teórica nas iniciativas de participação conjunta.

Quando se remete aos “questionamentos socioeducativos” é importante ter em mente que a sua plenitude existencial implica em inúmeras adversidades sociais, perpassando nos aspectos formas e informais do desenvolvimento individual de cada indivíduo. Os desencontros, perdas, desapontamentos e outras realizações (positivas ou negativas) imprimem e materializam nos sujeitos uma aprendizagem quase sempre mais intensa que qualquer tipo de educação bancária⁶, surgindo assim à importância socioeducativa que os EES apresentam na comunidade, uma realidade que se torna ainda mais forte com o apoio da extensão acadêmicas das incubadoras de cooperativas populares, as quais inserem nesse meio parâmetros e técnicas metodologicamente aferidos.

A solidariedade como valor intrínseco das comunidades é uma dimensão incapaz de recorte conceitual, a qual deve ser vista a partir dos seus lugares. Sua identificação é impossível de ser concebida em estágio pronto e acabada, visto que está num constante movimento auto construtivo, ou seja, um processo pedagógico que afunila suas especialidades em paralelo as temporalidades existenciais dos EES.

A ação junto aos grupos populares, para ser eficaz, isto é, emancipacionista e sustentável, deve ser planejada e pautar-se por um processo contínuo e permanente de educação, que desconstrua os valores próprios ao capitalismo e crie outros, solidários, incorporando-os à prática desses grupos. É necessário que essa ação constitua modelos econômicos baseados em seus valores e que sejam viáveis ao longo do tempo, minimamente capazes de resistir à concorrência capitalista (LACERDA; SILVA, 2007, p.33).

A realidade do lugar é a principal condicionante a ser considerada em suas ações de emancipação social, na contração da globalização neoliberal a valorização das diferenças, dos símbolos e culturas comunitárias devem ser alçadas como diferencial. A vez e a voz dos “oprimidos” passam a ganhar sentido, complementando uma racionalidade possível, viável e necessária dos lugares, de modo que os sujeitos possam “viver” suas vidas cotidianas e sem preocuparem-se em alinhar em estereótipos impostos midiaticamente pelas ideologias neoliberais.

As opressões conveniente e naturalmente instauradas no meio social por intermédio da concentração da riqueza restringem abusivamente o acesso à dignidade humana, um pacto “brilhantemente” articulado entre o Estado e o Capital materializado de forma colossal contrário aos interesses sociais. Freire (2005) insiste no tema ao enfatizar que a dominação ocorre para além da realidade objetiva, abarcando ainda a espiritualidade dos dominados, pois estes se submetem aos *status quo* passivamente, um contexto carregado de carências subjetivas e, sobretudo, materiais de existência.

⁶Tipo de educação apresentado por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* de 1970. Educação convencional replicado no meio educacional, “em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los” (FREIRE, 2005, p. 33).

A única maneira de responder essa “aberração” à altura acontece com os mesmos métodos – a cooperação –, ou seja, divagando apenas nas suas finalidades que diferenciam dos interesses elitistas do benefício próprio, as camadas populares também podem se auto-organizar e proporem o próprio jeito de construir o mundo e com o olhar democrático do lugar.

Nesse sentido, a emancipação social do indivíduo advinda com o movimento popular e de autoajuda surge como uma oportunidade de caracterizar o “modo de vida” relativa a cada comunidade, uma luta que busca superar o mecanicismo do “modo de produção” capitalista e imprime a identidade do sujeito, respeitando a sua subjetividade. O particularismo característico desta ação foi apontado no meio educacional pelo professor Paulo Freire, o qual nomeou esse ato de “Pedagogia da Libertação ou Pedagogia do Oprimido”, em que o ato pedagógico está em plena sintonia com o oprimido e é realizado, sobretudo com ele e não para ele.

Freire (2005) coloca que o sujeito só irá entender a sua realidade através da vivência, momento em que aparece no ideário social a figura do “opressor” e “oprimido” com seus papéis bastante esclarecidos. Esse processo pedagógico utiliza-se da reflexão, do questionamento do/no mundo, despertando no oprimido a sua real condição de modo que ele possa estabelecer uma percepção crítica a respeito do seu próprio mundo e do mundo em si.

Assim, surgem a prática e o pensamento como elementos pedagógicos do mundo que se incumbem da “gratificante” tarefa de mostrar as várias outras paisagens e dimensões possíveis/existentes para além dos teleológicos cenários cauterizados na sociedade por uma casta soberana e elitista, os quais se figuram na política, religião e no capital. A organização social também é possível realizar-se “pelos de baixo”. (FREIRE, 2005, p. 32) reflete o assunto ao questionar que se;

[...] a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como seres para si, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ordem injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser mais (grifo do autor).

O debate dispensado por Paulo Freire ao tema envolve os agentes urbanos e rurais, uma condicionante que visa descobrir os valores ocultos localmente, ou seja, fazer aflorar cenários e oportunidades que apresentem um reconhecimento socialmente. Assim, surgem as ITCP's como ferramenta técnica no interior dessas organizações populares, um verdadeiro mutualismo social em que ambos os envolvidos – observando e observado – são favorecidos com as aprendizagens decorrentes desse processo.

Sem entrar no mérito dos procedimentos metodológicos das ITCP's, visto que cada localidade é carregada de particularidades ímpares, se faz importante frisar que essa cooperação entre a incubadora e o EES carece de algumas neutralidades estratégicas. Assim, sabedor da pluralidade e riqueza étnico-cultural no país é necessário ter em mente que essa tarefa de incubagem exige uma sociabilidade receptiva substancial por parte da academia quando da operação dos seus métodos de intervenção social, visto que os valores, crenças e costumes convencionados em cada localidade divergem abruptamente, podendo vir a chocar-se com um ou outro dogma de integrantes acadêmico descuidado dessa especificidade.

Com uma trajetória instruída na luta e resistência das iniciativas populares desde meados da década de 1990, as ITCP's mostraram nesse período que emancipar socioeconomicamente as classes marginalizadas da economia é uma alternativa possível. As manobras e estratégias de

superação as barreiras capitalista acontece com a união das cooperativas populares e demais iniciativas do gênero, um envolvimento que cresce ainda mais com o apoio tecnológicos das ITCP's.

Desta feita, ciente da terrível crise financeira e política que se instalaram no Brasil em 2016, principalmente após o *impeachment* da Presidente Dilma, em que o Estado numa barbárie irresponsável se entrega aos interesses do capital financeiro, culminando num retrocesso e eliminação de diversas garantias sociais, os EES se obrigarão a intensificar sua vigília no sentido de contornar as próximas ondas de exclusão social que certamente brotarão no país.

Assim, entender e situar esses questionamentos políticos e econômicos no meio popular é uma empreitada das ITCP's, pois antes de intervir na incubagem dos EES, faz-se necessário uma politização crítico-apartidária das comunidades e seus indivíduos como sujeitos de direitos. Enfim, é urgentemente necessário posicioná-los acerca das incoerências e contrassensos que os chamados "representantes do povo" veem executam no legislativo e no executivo, com destaque para o âmbito nacional.

EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA EMPREENDEDORA

O envolvimento integrado e conjuntural de vários trabalhadores com uma mesma finalidade - a melhora do quadro social - destaca-se pelo fato de ser um esforço partilhado e absorvido democraticamente no grupo. Essa realização caracteriza-se também pela sua flexibilidade funcional, pois a cooperação permite essa adequação contínua no ambiente institucional, visando à satisfação profissional/pessoal dos cooperantes na organização.

Esse estágio perceptivo dos trabalhadores enquanto quadro social organizativo é a realização operacional em si do EES, momento em que já ocorreram diversas reuniões comunitárias, integralização dos esforços materiais de cada interessado, compreensão do cenário socioeconômico entre diversos outros vieses de aprendizagem institucional. Em todo esse processo pedagógico, as ITCP's se alinham como suporte para indicar os caminhos possíveis, ou seja, o EES consegue visualizar o terreno funcional que provavelmente irá surgir enquanto desafio ou oportunidade de mercado, uma ferramenta metodológica que enquadra e ajusta todo o potencial de realidades outrora deslocadas de uma racionalidade financeira.

Esse cenário perceptivo das possibilidades de mercado com seus atalhos e otimização empreendedora, costuma se apresentar como uma iniciativa muito árdua e demorada nos casos da operação funcional ser realizada exclusivamente pelos sócios dos EES. Isto se deve pelo fato de que nem sempre seus cooperantes possuem uma compreensão macro do mercado em que o EES está inserido. Assim, as ITCP's surgem com uma noção acadêmica embasada em diagnósticos e prognósticos cientificamente comprovados e disponibiliza os métodos para atingir as potencialidades possíveis da organização incubada, comprovando na prática as teorias projetadas teoricamente pela ITCP.

A cooperação da ITCP com o EES mostra a importância fundamental que possui o saber empírico e científico, pois apenas o conhecimento acadêmico não consegue operar efetivamente um empreendimento popular. A universidade também aprende com a comunidade, sendo que esses conhecimentos populares são arquivados e referenciados adequadamente em casos posteriores, uma vez que cada comunidade contribui com um tipo singular de saber, ou seja, o esforço pedagógico acontece nos dois sentidos - academia e comunidade -, pois ambos aprendem um com o outro.

Considerando o mutualismo pedagógico que impera na relação ITCP-EES, o maior beneficiário de todo esse esforço acaba sendo a pessoa física de cada envolvido nessa iniciativa. Nesse sentido, Paulo Freire expõe o contexto em que o homem se ilumina de uma crítica concreta ao compreender que;

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora, a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca. (FREIRE, 2005, p. 37-38).

Conduzindo essa importante lição ministrada pelo professor Paulo Freire, é importante destacar que apesar da pessoa jurídica figurada com a ITCP surgir no imaginário social como um elemento de renome significativo, ela deve posicionar-se de forma estratégica em suas incubações. A condução e absorção das iniciativas populares na ITCP surgem como uma situação de apoio institucionalizado, o qual fluirá com menor ou maior intensidade em acordo com o estágio organizativo do EES, contrariando alguns equívocos em que a incubadora literalmente adota a iniciativa popular impossibilitando-lhe uma crescente e gradual independência institucional.

A dificuldade de tratar essa temática, como já apresentado neste estudo decorre do fato da pluralidade de realidades comunitárias distintas, além da diversidade de apreensões prático-ideológicas das ITCP's, visto que cada incubado apresenta uma tipificação peculiar de trabalho. Os métodos de trabalho das ITCP's são bastante aproximados e muito mais ainda as suas finalidades, que quase sempre é a promoção do bem-estar social comunitário. No entanto, cada centro universitário que se propõe a intensificar suas ações nesse sentido adota um alinhamento operacional que divergem entre si.

Nesse sentido, esta pesquisa considera que a ITCP enquanto agente desprovido de opções políticas, religiosas e culturais deve pautar suas ações com uma neutralidade operacional além de pautar seu envolvimento na comunidade em três parâmetros fundamentais: aceitação plena da ITCP na comunidade, conscientização crítico-apartidária dos envolvidos no EES de forma gradual e transparência na apresentação dos diagnósticos e prognósticos locais.

Assim, a ITCP deve materializar sua ação na comunidade como um braço consultivo e de apoio local, uma troca de ideias desprovida de formalismo e protocolos visando identificar os saberes locais, possibilitando situar o estágio de consciência existencial que efetivamente apresenta a comunidade incubada. Desta feita, a ITCP consegue promover esses atores como gestores de si mesmos, os quais em determinado instante (variando conforme cada localidade) se emancipem e busca a incubadora apenas como ferramenta de consulta institucional.

Desta forma, quando se propõe a discutir um projeto de autonomia popular esse intento necessita ser bastante evidenciado e gradualmente inserido nas comunidades, visto que a ITCP apresenta-se como um instrumento mais posicionado e presente localmente apenas nos instantes iniciais dos ESS, ou seja, uma realização realmente emancipatória da sociedade e ausente de qualquer forma de assistencialismo ou filantropia. A principal razão desse comportamento decorre do fato da ITCP visar uma efetiva emancipação das iniciativas populares e também em virtude de haver inúmeras outras comunidades demandando um apoio institucional nesse sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente estudo foi colocado o papel e a atuação das ITCP's como elemento essencial na efetivação de uma autonomia gerencial dos EES, uma situação em que se projetam ensinamentos para ambos os envolvidos, Assim, apesar da importância e reconhecimento impetrado pelas ITCP's nos últimos anos, a sua ação se limita num posicionamento estratégico, visto que ela se coloca como um jogador que alinha as peças sociais deslocadas no “jogo financeiro” em que as comunidades estão inseridas, possibilitando as iniciativas populares conhecer os caminhos de mercados atinentes as suas respectivas localidades e realidades.

Neste sentido, realizações como a formalização jurídica dos EES, estudo de viabilidade e acesso a crédito, projeção de mercado, compreensão e vivência jurídica da organização na forma cooperativada, sendo este último a principal condicionante existencial em todo tipo de empreendimento social, entre outros requisitos que variam a cada tipo de comunidade, são algumas das tarefas da ITCP.

Enfim, os atores e agentes sociais já são reais, cabendo à incubadora alinhar racionalmente um sentido burocrático e operacional com uma estruturação autogerida por parte dos sujeitos comunitários envolvidos no EES. “É a comunidade entrando na Universidade não como cobaia de um experimento, mas como agente participante de um processo criativo e dinâmico com vistas a sua própria organização e atuação social e econômica.” (PRONINC, 2002, p. 29).

Considerando as colocações postas fica latente a variedade de elementos que acabam sendo inseridos nessa intervenção de incubagem, visto que são sobrepostas em um curto espaço de tempo e espaço inúmeras realidades diferenciadas, cabendo a ITCP tratar equitativamente cada uma delas focando na sua posterior integração harmoniosa. Enfim, a tarefa da ITCP carrega complexidade extremamente intensa, pois sua ação é até certo instante a mais destacada em todo esse processo, cabendo a ela garantir a integração do EES até uma plena solidificação do grupo envolvido e sua posterior emancipação funcional.

Nestes termos, a lição que mais se sobressai neste estudo concentra-se nas versões possíveis que a educação pode tomar, uma vez que independente do contexto e lugar, ele sempre se esboçara como pedagógico e marcante no vivido dos sujeitos. A própria pedagogia é relativista, apresentando um significado distinto para cada indivíduo. Assim, na interação ITCP-EES acontece um mutualismo do conhecimento com a comprovação latente do empírico e do científico.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Everaldo; LINARES, Alexandre. **Manifesto de Córdoba**: Federação Universitária de Córdoba. Coleção Cadernos da Juventude Revolução. Disponível em: www.juventude-revolução.org/2007/caderno_cordoba_brochura.pdf. Acesso em 12 dez. 2016.

BOTELHO, L. L. R.; LIMA, D. F.; BRAUN, J. C. A.; WUERGES, A. ; GAUTHIER, F. O. ; NOGUEIRA, S. V. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: atuando a partir da extensão universitária. In: **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária**. CIGU, Mar Del Plata: CIGU, 2015. v. 01. p. 01-15. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135882>. Acesso em: 12 dez. 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GHIBAUDI, J. W.; RAMOS, M. Metodologia de Incubação de Empreendimentos Sociais para o Desenvolvimento Local: A proposta da ITCP/COPPE/UFRJ. In: **XVIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras**. 2008, Aracajú. Seminário Nacional Anprotec 2008. Disponível em: https://www.infodev.org/infodevfiles/resource/idi/document/RMI%20-%20TCP%20-%20Final%20Report_Papers_Artigo%20-%20metodologia_2006.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil - a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez : Autores Associados: Universidade Federal do Ceará, 1986.
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP - (2016). Disponível em: http://www.itcp.coppe.ufrj.br/a_itcp_somos.php. Acesso em: 12 dez. 2016.

LACERDA, G. B.; SILVA, D. R. P. Problematizando o trabalho com grupos populares: as ações de pré-incubação da ITCP-UFPR. In: Gustavo Biscaia de Lacerda; Sandra Suely Soares Bergonsi. (Org.). **Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. 1ed. Curitiba: Proec-UFPR, 2007, v. 1, p. 33-48.

PAGOTTO, Claudete. **Produção associada na era da precarização estrutural: da atuação das cooperativas de trabalho**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. (Tese) Doutorado. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2010, 149 f.

PROGRAMA NACIONAL DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS POPULARES. Construindo alternativas de geração de trabalho e renda: PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos**. F. Alves, Rio de Janeiro, 1979.

SANTOS, Aline Mendonça; CRUZ, Antônio Carlos Martins. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. **E-cadernos ces**[Online], 02 | 2008, colocado online em 01 dez. 2008. Disponível em: <http://www.numiecosol.ufscar.br/documentos/textos-economia-solidaria/itcpinterdisciplinariedade-articulando-ensino-pesquisa-e-extensao-universitaria>. Acesso em: 12 dez. 2016.

SILVA, Oberdan D. **O que é extensão universitária?** acesso em 01 set, 2008.

Singer, Paul (2002), “Economia Solidária no Brasil”, in Santos, Boaventura de Sousa, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SOUZA, O. S. S. A extensão universitária e as universidades populares. **Revista FACED**, n.9, p.253-264, 2005.

UNITRABALHO – **Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho**, 2016. Disponível em: <http://www.unitrabalho.org.br/que/>. Acesso em: 13 dez. 2016.

VECHIA, R. S. D.; TILLMANN, R. ; CRUZ, Antonio ; NUNES, Tiago de García . A Rede de ITCPs - Passado, presente e alguns desafios para o futuro. **Revista Diálogo** (Canoas), v. 18, p. 115-144, 2011. Disponível em: http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/dialogo/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2011_n18/rdvechia.pdf. Acesso em: 13 dez. 2016.

Submetido em: 19 de janeiro de 2017.

Aprovado em: 13 de maio de 2017.